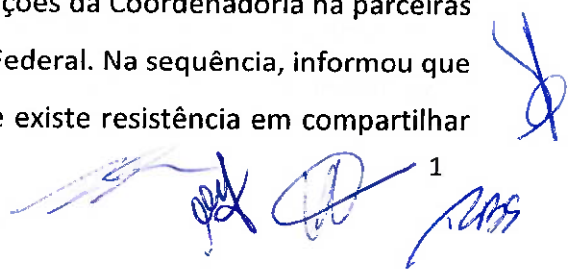


ATA DA 27ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DA AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO – ARPE, REALIZADA NO DIA 29 DE AGOSTO DE 2025.

Aos 29 dias do mês de agosto de 2025, às 9h30, na sede da Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco - ARPE, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Av. Conselheiro Rosa e Silva, 975, Aflitos, Recife – PE, foi realizada a vigésima sétima reunião do Conselho Consultivo do ano de 2025 da Agência de Regulação dos Serviços Públicos - ARPE, contando com a presença dos Conselheiros: **Maria Teresa Caminha Duere**, Presidente do Conselho; **Érico Cavalcanti Furtado Filho**, representante da Federação das Indústrias de Pernambuco – Fiepe; **Maíra Rufino Fischer**, representante da Prefeitura da Cidade do Recife, **Paulo José Galvão Vaz**, representante do Governo do Estado de Pernambuco, **Rafael Bezerra de Souza**, representante do Ministério Público de Pernambuco e **José Eudes Uchoa**, representante da Companhia Pernambucana de Gás - Copergás. Pela Arpe, contou com a presença da Diretora de Regulação Técnico-Operacional, **Roberta Araújo Machado**; da Coordenadora de Transporte, **Ângela Freitas**; do Analista de Regulação, **Enildo Manoel da Silva Junior**, além da Gerente de Articulação Institucional da Arpe, **Sílvia Trindade de Melo**. Dando início a reunião, a Presidente do Conselho, **Teresa Duere**, convidou a Coordenadora de Transporte da Arpe, **Ângela Freitas**, para fazer a atualização das ações de transporte, destacando a situação crítica do sistema intermunicipal e a falta de ação efetiva por parte dos órgãos responsáveis, como a EPTI (Empresa Pernambucana de Transportes Intermunicipais). Com a palavra, a Coordenadora **Ângela** informou que o sistema de Transporte Intermunicipal está caracterizado por ausência de fiscalização, frota em condições precárias e desorganização nos terminais; que há reclamação constante da população, consideradas legítimas, diante da baixa qualidade dos serviços. Existência de problemas nos terminais, com estrutura física degradada (pisos quebrados, banheiros danificados, lojas fechadas). A ARPE realiza fiscalizações regulares (com cronograma e aviso prévio) e extraordinárias (por demanda/denúncia, como filas em praças de pedágio). Monitora o cumprimento de prazos e negocia com as concessionárias para garantir a razoabilidade dos cronogramas. A ARPE fiscalizava terminais para o Grande Recife e há interesse em retomar essa fiscalização, embora o Grande Recife não tenha dado continuidade ao contato. E dentre as ações da Coordenadoria há parcerias com outras agências estaduais, a ANTT e a Polícia Rodoviária Federal. Na sequência, informou que faltam de recursos à EPTI, dados e capacidade operacional; e existe resistência em compartilhar

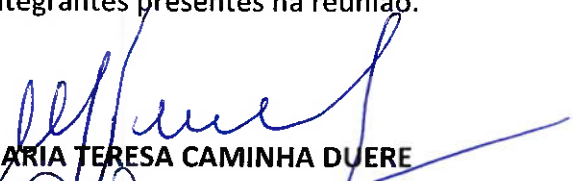


1

informações com a ARPE. Há, ainda, avanço crescente no transporte clandestino, que pode ter regulamentação parcial. A Coordenadora informou que o impacto é mais grave no interior, pois afeta 60% da população do Estado. Existe um conflito central entre a EPTI e a Agência de Regulação de Pernambuco (ARPE). Explicou que a Lei Estadual 15.200/2013 retirou da ARPE seus principais poderes de supervisão do transporte, transferindo-os exclusivamente para a EPTI. Desde então, a EPTI tem se mostrado incapaz de gerir o sistema, carecendo de recursos, transparência e uma postura cooperativa. Ela se recusa consistentemente a compartilhar dados essenciais ou colaborar com a ARPE, criando um vácuo regulatório e obstruindo qualquer potencial de melhoria. Em consequência disso, há um aumento significativo de operadores de transporte clandestinos. Na sequência, a Arpe, por meio da Coordenadoria de Transporte, apesar das limitações legais, a permanece proativa, realizando inspeções onde permitido, monitorando concessionárias e buscando reengajar-se por meio de propostas estratégicas. A Coordenadora Ângela Freitas informou sobre o encaminhamento à EPTI de proposta de Acordo de Cooperação Técnica ARPE-EPTI (em novembro/2024), e que até o momento não obteve. Neste sentido sugeriu o envolvimento da Secretaria de Mobilidade, da Controladoria Geral do Estado e do Ministério Público para forçar a divulgação de dados e avançar com um Acordo de Cooperação Técnica paralisado. A proposta de **cooperação ARPE-EPTI** foi compartilhada para conhecimento dos Conselheiros, pelo aplicativo WhatsApp. Ao mesmo tempo, há uma necessidade reconhecida de um evento em larga escala com as partes interessadas – envolvendo órgãos governamentais, universidades e operadoras – para abordar a fundamental "ausência de projetos" do estado e desenvolver uma nova estrutura viável para o transporte público. Assim como sugeriu também a implantação de sandbox regulatório, que é um ambiente experimental controlado, onde órgãos reguladores permitem que empresas testem inovações (tecnologias, produtos, modelos de negócio), podendo começar com um modelo experimental na região de Garanhuns, onde a falência da operadora Astrotur deixou rotas importantes sem atendimento. Dando continuidade à reunião, a Presidente Teresa Duere abordou, brevemente, os desafios do Estado, no setor de água e saneamento, destacando as baixas classificações nacionais de Pernambuco, em que o Estado ocupa a 21ª posição entre os estados brasileiros em abastecimento de água e a 11ª em saneamento, refletindo décadas de subinvestimento. O plano estratégico para usar uma concessão parcial da Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA tem como objetivo atrair R\$ 20 bilhões em investimentos privados. Estima-se que esse capital seja suficiente para elevar a cobertura dos


2


serviços de água e esgoto do estado para 97%. Na sequência, a Presidente do Conselho, Teresa Duere encerrou a reunião e agendou o próximo encontro para o dia 15 de setembro, com o **Secretário de Recursos Hídricos do Estado** para detalhamento dos investimentos em saneamento. Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos para a lavratura da presente ata que foi lida, aprovada e assinada pelos integrantes presentes na reunião.



MARIA TERESA CAMINHA DUERE
Governo do Estado de Pernambuco



PAULO JOSÉ GALVÃO VAZ
Governo do Estado de Pernambuco



MAÍRA RUFINO FISCHER
Prefeitura da Cidade do Recife



RAFAEL BEZERRA DE SOUZA
Ministério Público de Pernambuco



ÉRICO CAVALCANTI FURTADO FILHO
Federação das Indústrias de Pernambuco



JOSÉ EUDES UCHOA
Companhia Pernambucana de Gás – Copergás